QUADRO DE RESOLUÇÕES CNJ EM VIGOR COM REPERCUSSÃO PARA O 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

atualizado em 4/2/25

Fontes:

(1) CNJ: https://www.cnj.jus.br/atos normativos/

N	۷°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
6:		Resolução Nº 613 - Altera a Resolução CNJ nº 303/2019, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	20/1/2025	Vigente
6:	11	Resolução Nº 611 - Altera a Resolução CNJ nº 433/2021, que institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.	23/12/2024	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
610	Resolução Nº 610 - Altera a Resolução CNJ nº 557/2024, que institui a Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.	23/12/2024	Vigente
606	Resolução Nº 606 - Revoga a Resolução CNJ nº 317/2020, que dispõe sobre a realização de perícias em meios eletrônicos ou virtuais em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais, enquanto durarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus, e dá outras providências.	19/12/2024	Vigente
605	Resolução Nº 605 - Altera a Resolução CNJ n. 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, torna obrigatória a criação de Comitês Locais PopRuaJud e a realização de mutirões de cidadania e acesso à Justiça e institui o Índice PopRuaJud e o Prêmio Nacional PopRuaJud.	16/12/2024	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
601	Resolução Nº 601 - Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar.	16/12/2024	Vigente
600	Resolução Nº 600 - Dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário.	16/12/2024	Vigente
599	Resolução № 599 - Institui a Política Judiciária de Atenção às Comunidades Quilombolas e diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia de acesso à justiça por pessoas e comunidades quilombolas.	16/12/2024	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
598	Resolução Nº 598 - Estabelece as diretrizes para adoção de Perspectiva Racial nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, definidas no protocolo elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Presidência nº 73/2024.	25/11/2024	Vigente
595	Resolução Nº 595 - Dispõe sobre a padronização dos exames periciais nos benefícios previdenciários por incapacidade e sobre a automação nos processos judiciais previdenciários e assistenciais, por meio do Prevjud.	26/11/2024	Vacatio Legis (3 de fevereiro de 2025)
593	Resolução Nº 593 - Dispõe sobre as inspeções judiciais nos estabelecimentos de privação de liberdade.	14/11/2024	Vacatio Legis (180 dias)

	N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
5	592	Resolução № 592 - Altera a Resolução CNJ nº 225/2016.	14/11/2024	Vigente
5	591	Resolução Nº 591 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para o julgamento de processos em ambiente eletrônico no Poder Judiciário e disciplina o seu procedimento.	28/10/2024	Vacatio Legis (3 de fevereiro de 2025)
5	585	Resolução Nº 585 - Institui o Plano Nacional de ações da Política Judiciária Nacional pela Primeira Infância e altera a Resolução CNJ nº 470/2022, que institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.	9/10/2024	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
584	Resolução № 584 - Dispõe sobre o uso dos sistemas de pesquisa de dados e busca de bens para constrição patrimonial disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça.	3/10/2024	Vigente
577	Resolução Nº 577 - Altera a Resolução CNJ nº 417/2021, que institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0).	13/9/2024	Vigente
576	Resolução Nº 576 - Altera a Resolução CNJ nº 107/2010 e institui a Semana Nacional da Saúde.	30/8/2024	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
572	Resolução Nº 572 - Altera a Resolução CNJ nº 487/2023.	30/8/2024	Vigente
567	Resolução nº 567 - Altera a Resolução CNJ nº 557/2024, que institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.	30/7/2024	ALTERADA Res. 610/2024
562	Resolução nº 562 -Institui diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Federal, Eleitoral, Militar, e dos Estados, Distrito Federal e Territórios, altera e acrescenta dispositivos da Resolução CNJ nº 213/2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, conforme julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 sobre a Lei nº 13.964/2019.	5/6/2024	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
559	Resolução nº 559 - Altera a Resolução CNJ nº 558/2024, que estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	10/5/2024	Vigente
558	Resolução nº 558 - Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	6/5/2024	ALTERADA Resolução CNJ nº 559/2024
557	Resolução nº 557 - Institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.	6/5/2024	ALTERADA Resolução № 567 de 02/07/2024 Res. 610/2024

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
555	Resolução nº 555 - Altera a Resolução CNJ nº 508/2023, que dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário.	6/5/2024	Vigente
554	Resolução nº 554 - Altera a Resolução CNJ nº 417/2021, que institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), e dá outras providências.	19/4/2024	Vigente
547	Resolução nº 547 - Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.	22/2/2024	Vigente

	N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
5		Resolução nº 545 - Altera a Resolução CNJ nº 232/2016, que fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto no art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015.	22/2/2024	Vigente
5	3 2	Resolução nº 532 - Determina aos tribunais e magistrados(as) o dever de zelar pelo combate a qualquer forma de discriminação à orientação sexual e à identidade de gênero, ficando vedadas, nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela, manifestações contrárias aos pedidos pelo fundamento de se tratar de casal ou família monoparental, homoafetivo ou transgênero, e dá outras providências.	20/11/2023	Vigente
5		Resolução nº 530 - Institui a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e o seu respectivo Plano Nacional (2024 - 2029).	16/11/2023	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
527	Resolução nº 527 - Disciplina o procedimento de cadastramento de conta única para efeito de constrição de ativos por meio do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) e dá outras providências.	3/11/2023	Vigente
524	Resolução nº 524 - Estabelece procedimentos ao tratamento de adolescentes e jovens indígenas no caso de apreensão, de representação em processo de apuração de ato infracional ou de cumprimento de medida socioeducativa, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da Justiça da Infância e Juventude ou de juízos que exerçam tal competência.	27/9/2023	Vigente
520	Resolução nº 520 - Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades.	19/9/2023	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
514	Resolução nº 514 - Atualiza a Resolução CNJ n. 327/2020, que disciplina a requisição de precatórios em face da Fazenda Pública Federal pelos Tribunais de Justiça.	15/8/2023	Vigente
510	Resolução nº 510 - Regulamenta a criação, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais, respectivamente, da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, institui diretrizes para a realização de visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelece protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis.	28/6/2023	Vigente
499	Resolução nº 499 - Altera a Resolução CNJ n. 350/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, para expressamente incluir no rol de atos de cooperação judiciária a formulação de consulta.	29/5/2023	Vigente

	N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
4	!98	Resolução nº 498 - Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências.	8/5/2023	Vacatio Legis 120 dias
4	92	Resolução nº 492 - Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.	20/3/2023	Vigente
4	888	Resolução nº 488 - Institui a Política Judiciária para o Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências.	8/3/2023	Vigente

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
487	Resolução nº 487 - Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.	27/2/2023	ALTERADA (VACACIO LEGIS 90 dias) Res. 572/2024
485	Resolução nº 485 - Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança	26/1/2022	VIGENTE
484	Resolução nº 484 - Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.	21/12/2022	VIGENTE (VACACIO LEGIS 90 dias)

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
482	Resolução nº 482 - Atualiza a Resolução CNJ n. 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	19/12/2022	VIGENTE
481	Resolução nº 481 - Revoga as Resoluções vigentes à época da pandemia do Coronavírus e altera as Resoluções CNJ n. 227/2016, 343/2020, 345/2020, 354/2020 e 465/2022.	25/11/2022	VIGENTE (VACACIO LEGIS 60 dias)
479	Resolução nº 479 - Dispõe sobre o funcionamento e utilização do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).	14/11/2022	ALTERADA (Resolução 589/2024)

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
475	Resolução nº 475 - Altera a Resolução CNJ nº 233/2016, que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus.	12/09/2022	VIGENTE
474	Resolução nº 474 - Altera a Resolução CNJ nº 417/2021, que institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0).	12/9/2022	VIGENTE
473	Resolução nº 473 - Altera a Resolução CNJ nº 372/2021, que regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual.	12/9/2022	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
471	Resolução nº 471 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	5/9/2022	VIGENTE
470	Resolução nº 470 - Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.	1/9/2022	VIGENTE
469	Resolução nº 469 - Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.	5/9/2022	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
465	Resolução nº 465 - Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário.	22/6/2022	ALTERADA (Resolução № 481 de 22/11/2022)
460	Resolução nº 460 - Dispõe sobre a instalação, implementação e aperfeiçoamento da Justiça Itinerante, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Justiça e dá outras providências.	8/6/2022	VIGENTE
458	Resolução nº 458 - Acrescenta o artigo 29-A à Resolução CNJ nº 225/2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	8/6/2022 e 10/6/2022	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
454	Resolução nº 454 - Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas.	27/4/2022	VIGENTE
451	Resolução nº 451 - Altera a Resolução CNJ nº 289/2019, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA e dá outras providências.	27/4/2022	VIGENTE
449	Resolução nº 449 - Dispõe sobre a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças (1980), em execução por força do Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000.	1/4/2022	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
448	Resolução nº 448 - Altera, renumera e acrescenta dispositivos à Resolução CNJ nº 303/2019, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	25/3/2022	VIGENTE
444	Resolução nº 444 - Institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais.	14/3/2022	VIGENTE
438	Resolução nº 438 - Altera, renumera e acrescenta dispositivos à Resolução CNJ nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	28/10/2021	VIGENTE

	N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
4	137	Resolução nº 437 - Altera a Resolução CNJ nº 331/2020.	3/11/2021	VIGENTE
4	36	Resolução nº 436 - Altera a Resolução CNJ nº 350/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.	3/11/2021	VIGENTE
4	134	Resolução nº 434 - Altera a Resolução CNJ nº 404/2021, que estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas.	3/11/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
431	Resolução nº 431 - Altera o artigo 8º e o anexo da Resolução CNJ nº 390/2021, restabelecendo a vigência dos artigos 70 e 71 da Resolução CNJ nº 303/2019.	25/10/2021	VIGENTE
430	Resolução nº 430 - Altera a Resolução CNJ nº 344/2020, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.	25/10/2021	VIGENTE
428	Resolução nº 428 - Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).	25/10/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
427	Resolução nº 427 - Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos.	25/10/2021	VIGENTE
425	Resolução nº 425 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.	11/10/2021	ALTERADA Res. 605/2024
421	Resolução nº 421 - Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências.	6/10/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
420	Resolução nº 420 - Dispõe sobre a adoção do processo eletrônico e o planejamento nacional da conversão e digitalização do acervo processual físico remanescente dos órgãos do Poder Judiciário.	29/9/2021	VIGENTE
417	Resolução nº 417 - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências.	21/9/2021	ALTERADA Resolução n. 474, de 9 de setembro de 2022 Resolução № 554/2024 Res. 577/2024
414	Resolução nº 414 - Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.	8/9/2021	VACATIO LEGIS entra em vigor 120 dias após sua publicação

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
412	Resolução nº 412 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoramento eletrônico de pessoas.	24/8/2021	VIGENTE
408	Resolução nº 408 - Dispõe sobre o recebimento, o armazenamento e o acesso a documentos digitais relativos a autos de processos administrativos e judiciais	20/8/2021	VIGENTE
405	Resolução nº 405 - Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário.	9/7/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
404	Resolução nº 404 - Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas.	18/8/2021	ALTERADA (Resolução № 434 de 28/10/2021)
398	Resolução nº 398 - Dispõe sobre a atuação dos "Núcleos de Justiça 4.0", disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais.	11/6/2021	VIGENTE
397	Resolução nº 397 - Altera a Resolução CNJ nº 322/2020, que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para a retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.	11/6/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
394	Resolução nº 394 - Institui regras de cooperação e de comunicação direta com juízos estrangeiros de insolvência para o processamento e julgamento de insolvências transnacionais.	4/6/2021	VIGENTE
393	Resolução nº 393 - Dispõe sobre os Cadastros de Administradores Judiciais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.	2/6/2021 (republicada 7/6/2021 em razão de erro material)	VIGENTE
391	Resolução nº 391 - Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.	11/5/2021	VIGENTE VACATIO LEGIS entra em vigor 30 dias após sua publicação

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
386	Resolução nº 386 - Altera a Resolução no 253/2018, que define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais, para dispor sobre os Centros Especializados de Atenção à Vítima e dá outras providências.	14/4/2021	VIGENTE
385	Resolução nº 385 - Dispõe sobre a criação dos "Núcleos de Justiça 4.0" e dá outras providências.	7/4/2021	ALTERADO (art. 4, §2 pela RESOLUÇÃO № 398, DE 9 DE JUNHO DE 2021)
378	Resolução nº 378 - Altera a Resolução CNJ nº 345/2020, que dispõe sobre o "Juízo 100% Digital"	10/3/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
372	Resolução nº 372 - Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada "Balcão Virtual."	18/2/2021	ALTERADA - Resolução n. 403, de 29 de junho de 2021; Resolução n. 473, de 9 de setembro de 2022
	Resolução nº 369 - Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2º Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF	8/2/2021	VIGENTE
367	Resolução nº 367 - Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário.	25/1/2021	VACATIO LEGIS entra em vigor 120 dias após sua publicação

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
366	Resolução nº 366 - Altera a Resolução CNJ nº 348/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.	25/1/2021	VIGENTE
365	Resolução nº 365 - Altera a redação dos artigos 67, 85, § 1º, III e IV, e artigo 86, caput, e parágrafo único da Resolução CNJ nº 303/2019.	18/1/2021	VIGENTE
363	Resolução nº 363 - Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais.	18/1/2021	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
358	Resolução nº 358 - Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação.	3/12/2020	VIGENTE
356	Resolução nº 356 - Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	1/12/2020	VIGENTE
354	Resolução nº 354 - Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras providências.	19/11/2020	ALTERADA (Resolução № 481 de 22/11/2022) ALTERADA (Resolução № 508 de 22/06/2023)

N'	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
35	Resolução nº 353 - Altera a Resolução CNJ nº 71/2009, que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição.	19/11/2020	VIGENTE
35.	Resolução nº 352 - Altera a Resolução CNJ nº 342/2020, que institui o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência - BNMPU.	10/11/2020	VIGENTE
350	Resolução nº 350 - Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.	29/10/2020	ALTERADA (Resolução № 421 de 29/09/2021; Resolução № 436 de 28/10/2021; Resolução nº 499/2022 de 10/05/2023)

	N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
3	348	Resolução nº 348 - Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada deliberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.	15/10/2020	VACATIO LEGIS entra em vigor 120 dias após sua publicação ALTERADA Resolução № 366 de 20/01/2021
•	346	Resolução nº 346 - Dispõe sobre o prazo para cumprimento, por oficiais de justiça, de mandados referentes a medidas protetivas de urgência, bem como sobre a forma de comunicação à vítima dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão (art. 21 da Lei nº 11.340/2006).	9/10/2020	VIGENTE
3	345	Resolução nº 345 - Dispõe sobre o "Juízo 100% Digital" e dá outras providências.	9/10/2020	ALTERADA Resolução CNJ nº 378/2021; Resolução № 481 de 22/11/2022

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
344	Resolução nº 344 - Regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.	10/9/2020	ALTERADA (RESOLUÇÃO № 430, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021)
342	Resolução nº 342 - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência - BNMPU, nos termos do parágrafo único do artigo 38-A da Lei nº 11.340/2006, com redação dada pela Lei nº 13.827/2019.	10/9/2020	REVOGADA Resolução n. 417, de 20 de setembro de 2021 - revogadora;Resolução № 352 de 05/11/2020
341	Resolução nº 341 - Determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19.	8/10/2020	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
337	Resolução nº 337 - Dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário.	30/9/2020	VIGENTE
328	Resolução nº 328 - Altera a Resolução CNJ nº 59/2008, para tornar automática a alimentação do Sistema Nacional de Controle de Interceptação -SNCI, a partirda Base Nacional de dados Processuais do Poder Judiciário - DataJud.	14/7/2020	VIGENTE
327	Resolução nº 327 - Disciplina a requisição de precatórios em face da Fazenda Pública Federal pelos tribunais de justiça, bem como o envio de informações aos órgãos públicos federais responsáveis pelo processamento e pagamento.	9/7/2020	ALTERADA Resolução № 514 de 02/08/2023

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
319	Resolução nº 319 - Confere nova redação ao artigo 10 da Resolução CNJ nº 306/2019, que estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão dedocumentação civil e para a identificação civil biométricadas pessoas privadas de liberdade.	DJe/CNJ nº 142/2020, de 18/5/2020, p. 2.	VIGENTE
317	Resolução nº 317 - Dispõe sobre a realização de perícias em meios eletrônicos ou virtuais em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais, enquanto durarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus, e dá outras providências.	6/5/2020	ALTERADA Res. 606/2024
310	Resolução nº 310 - Altera as Resoluções CNJ nº 44, de 20 de novembro de 2007, e nº 59, de 9 de setembro de 2008, para atribuir a gestão dos bancos de dados do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade -CNCIAI e do Sistema Nacional de Controle de Interceptação - SNCI ao Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais - CGCN.	DJe/CNJ nº 106/2020, de 20/4/2020, p.	VIGENTE

	N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
	307	Resolução nº 307 - Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação.	DJe/CNJ nº 269/2019, de 31/12/2019, p.	VIGENTE (Resolução nº 251, de 4 de setembro de 2018)
	306	Resolução nº 306 - Estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade.	DJe/CNJ nº 269/2019, de 31/12/2019, p.	ALTERADA Resolução № 319 de 15/05/2020
-	304	Resolução nº 304 - Confere nova redação aos artigos 3º, 9º, 12 e 13 da Resolução CNJ nº 280, de 9 de abril de 2019, que estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU e dispõe sobre sua governança.	DJe/CNJ nº 262/2019, de 18/12/2019, p. 24-25	VIGENTE

N	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
300	Resolução nº 303 - Dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	DJe/CNJ nº 263/2019, de 19/12/2019, p. 21	ALTERADA RESOLUÇÃO No 327, DE 8 DE JULHO DE 2020; Resolução nº 390/2021 (revoga os artigos 70 e 71 da Resolução CNJ nº 303/2019). RESOLUÇÃO N o 431, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021; Resolução Nº 438 de 28/10/2021; RESOLUÇÃO No 448, DE 25 DE MARÇO DE 2022; Resolução n. 365, de 12 de janeiro de 2021; Resolução n. 390, de 6 de maio de 2021; Resolução nº 482 de 19/12/2022.; Resolução nº 613/2025
30	Resolução nº 300 - Acrescenta os artigos 28-A e 28-B à Resolução CNJ no 225, de 31 de maio de 2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	Dje/cnj nº 269/2019, DE 31/12/2019, p.	VIGENTE
29	Resolução nº 299 - Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.	DJe/CNJ nº 250/2019, de 3/12/2019, p. 2-4	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
298	Resolução nº 298 - Altera a Resolução nº 227/2016, de 14 de junho de 2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário.	DJe/CNJ nº 250/2019, de 3/12/2019, p. 2-4	VIGENTE
295	Resolução nº 295 - Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.	DJe/CNJ nº 197/2019, de 19/9/2019, p. 17-21	VIGENTE
290	Resolução nº 290 - Altera a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, para estabelecer critério de aferição da produtividade decorrente da atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.	DJe/CNJ nº 167/2019, de 16/8/2019, p. 3	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
289	Resolução nº 289 - Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA e dá outras providências.	DJe/CNJ nº 165/2019, de 15/8/2019, p. 2-5.	Alterada (Resolução nº 390/2021, art. 7 - revoga Resolução nº 289/2019 "quanto as atribuições de competência atribuídas ao Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais".) Alterada pela Resolução 451/2022
288	Resolução nº 288 - Define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade.	DJe/CNJ nº 129/2019, de 2/7/2019, p. 4-5.	VIGENTE
287	Resolução nº 287 - Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.	DJe/CNJ nº 131/2019, de 2/7/2019, p. 2-3.	VIGENTE Art. 18. Esta Resolução entra em vigor noventa dias após sua publicação. (01/10/19)

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
284	Resolução nº 284 - Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.	DJe/CNJ nº 111/2019, de 7/6/2019, p. 5-6.	VIGENTE
281	Resolução nº 281 - Altera a Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013, para instituir a opção de assinatura de documentos e registro do ato processual em meio eletrônico no sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe.	DJe/CNJ nº 70/2019, em 10/4/2019, p. 7-9	VIGENTE
280	Resolução nº 280 - Estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU e dispõe sobre sua governança.	DJe/CNJ nº 70/2019, em 10/4/2019, p. 5-7	ALTERADA RESOLUÇÃO № 304, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
271	Resolução nº 271 - Fixa parâmetros de remuneração a ser paga aos conciliadores e mediadores judiciais, nos termos do disposto no art. 169 do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015 - e no art. 13 da Lei de Mediação - Lei nº 13.140/2015.	DJe/CNJ nº 240/2018, em 12/12/2018, p. 12-14	VIGENTE
270	Resolução nº 270 - Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.	DJe/CNJ nº 240/2018, em 12/12/2018, p. 10-12	VIGENTE
268	Resolução nº 268 - Dá nova redação ao § 2º do art. 1º da Resolução CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.	DJe/CNJ nº 225/2018, em 22/11/2018, p. 4-5	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
254	Resolução nº 254 - Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências.	DJE/CNJ nº 167/2018, de 5/9/2018, p. 55-59	VIGENTE
253	Resolução nº 253 - Define a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais.	DJE/CNJ nº 167/2018, de 5/9/2018, p. 54-55	ALTERADA RESOLUÇÃO № 386, DE 09 DE ABRIL DE 2021
252	Resolução nº 252 - Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências.	DJE/CNJ nº 167/2018, de 5/9/2018, p. 50-54	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
250	Resolução nº 250 - Revoga a Resolução CNJ n. 82/2009, que regulamenta as declarações de suspeição por foro íntimo.	DJe/CNJ nº 165/2018, de 4/9/2018, p. 7 - 8	VIGENTE
237	Resolução nº 237 - Altera o art. 1º da Resolução CNJ 113/2010.	DJe/CNJ, nº 148, de 24/8/2016, p. 4.	VIGENTE
236	Resolução nº 236 - Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).	DJe/CNJ, nº 121, de 15/7/2016, p. 2-5.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
234	Resolução nº 234 - Institui o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário, para os efeitos da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 e dá outras providências.	DJe/CNJ, nº 120, de 14/7/2016, p. 5-8.	REVOGADA Resolução nº 455/2022 (revogadora); Resolução n. 399, de 9 de junho de 2021
233	Resolução nº 233 - Dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus.	DJe/CNJ, nº 120, de 14/7/2016, p. 3-5.	ALTERADA - Resolução № 475 de 12/09/2022
232	Resolução nº 232 - Fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto no art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015.	DJe/CNJ, nº 120, de 14/7/2016, p. 2-3.	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020 Resolução nº 545, de 16/02/2024

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
230	Resolução nº 230 - Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio - entre outras medidas - da convolação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão.	DJe/CNJ, nº 106, de 23/6/2016, p. 6-13.	REVOGADA (Resolução n. 401, de 16 de junho de 2021 - revogadora) (Alterada - Resolução № 403 de 29/06/2021)
225	Resolução nº 225 - Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	DJe/CNJ, nº 91, de 2/6/2016, p. 28-33.	ALTERADA RESOLUÇÃO Nº 300, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019; Resolução Nº 458 de 06/05/2022 Res. 592/2024
224	Resolução nº 224 - Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências.	DJe/CNJ, nº 91, de 2/6/2016, p. 27-28.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
223	Resolução nº 223 - Institui o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal e dá outras providências.	DJe/CNJ, nº 89, de 31/5/2016, p. 5-6.	VIGENTE - REVOGADA EM PARTE (Ficam revogados os arts. 1º a 6º - RESOLUÇÃO Nº 280/2019)
222	Resolução nº 222 - Altera o art. 1º da Resolução CNJ 105/2010 e dá outras providências.	DJe/CNJ, nº 81, de 17/5/2016, p. 3-4.	VIGENTE
217	Resolução nº 217 - Altera e acrescenta dispositivos na Resolução 59, de 9 de setembro de 2008.	DJ-e n. 25, de 17/2/2016	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
213	Resolução nº 213 - Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.	DJ-e n. 1, de 8/1/2016	ALTERADA Resolução № 254 de
206	Resolução nº 206 - Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Resolução 154, de 13 de julho de 2012, que disciplina a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.	DJ-e n. 170, de 23/9/2015	VIGENTE
202	Resolução nº 202 - Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário.	DJ-e n. 193, de 28/10/2015	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
200	Resolução nº 200 - Disciplina causa de impedimento de magistrado prevista no art. 134, IV, do Código de Processo Civil.	DJ-e n. 39, de 4/3/2015	VIGENTE
196	Resolução nº 196 - Altera a Resolução CNJ n. 153/2012, que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.	DJE/CNJ n° 100, de 5/6/2014, p. 2.	VIGENTE
191	Resolução nº 191 - Altera a Resolução CNJ n. 165/2012, que dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.	DJE/CNJ n° 72, de 29/4/2014, p. 2.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
188	Resolução nº 188 - Altera dispositivos da Resolução CNJ n.º 77, de 26 de maio de 2009, que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes.	DJE/CNJ n° 40, de 6/3/2014, p. 2.	VIGENTE
180	Resolução nº 180 - Acrescenta informações ao processo de execução penal e à guia de recolhimento quando houver, por força de detração deferida pelo juiz do processo de conhecimento, possibilidade de fixação de regime prisional mais benéfico ao condenado por sentença penal, nos termos da Lei n.12.736, de 3 de dezembro de 2012.	DJE/CNJ n° 189/2013, de 4/10/2013 p. 2-3	VIGENTE
174	Resolução nº 174 - Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.	DJE/CNJ n° 69/2013, de 16/4/2013 p. 2-4	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
172	Resolução nº 172 - Altera a redação da Resolução nº 44, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional.	DJE/CNJ nº 45/2013, de 11/03/2013, p.	REVOGADO (Resolução Conjunta CNJ/TSE nº 6, de 21 de maio de 2020 (revogação tácita))
165	Resolução nº 165 - Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.	DJE/CNJ nº 212/2012, de 20/11/2012, p. 2-11.	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020 ALTERADA Resolução 191, de 25 de abril de 2014.
157	Resolução nº 157 - Acrescenta o § 2º ao artigo 1º da Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009.	DJE/CNJ nº 143, de 9/8/2012, p. 5.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
154	Resolução nº 154 - Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.	DJE/CNJ nº 124, de 16/7/2012, p. 2-3.	ALTERADA Resolução nº 206, de 21 de setembro de 2015; Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016 (ALTERADORA)
153	Resolução nº 153 - Estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.	DJE/CNJ nº 119, de 9/7/2012, p. 40-41.	ALTERADA Resolução n° 196, de 5 de junho de 2014
152	Resolução nº 152 - Altera a Resolução nº 71/2009, que dispõe sobre plantão judiciário, para excepcionar a divulgação antecipada dos nomes dos Juízes plantonistas.	DJE/CNJ nº 119, de 9/7/2012, p. 40.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
134	Resolução nº 134 - Dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.	DJE/CNJ nº 115/2011, de 24/6/2011, p. 16.	VIGENTE
131	Resolução nº 131 - Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.	DJE/CNJ nº 99/2011, de 1/6/2011, p. 2-3.	VIGENTE
127	Resolução nº 127 - Dispõe sobre o pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, em casos de beneficiários da justiça gratuita, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus.	DJE/CNJ nº 49/2011, de 18/3/2011, p. 2-3.	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
125	Resolução nº 125 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	DJE/CNJ nº 219/2010, de 01/12/2010, p.2-14 e republicada no DJE/CNJ nº 39/2011, de 1/3/2011, p. 2-15	ALTERADA RESOLUÇÃO Nº 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020; Resolução nº 390/2021 (revoga o artigo 6º , IX e X, artigo 8º, § 10, e o artigo 18-A, todos da Resolução CNJ no 125/2010) ALTERADA Emenda nº 1, de 31 de janeiro de 2013 EMENDA 2, DE 8 DE MARÇO DE 2016 RESOLUÇÃO Nº 809/2019 RESOLUÇÃO Nº 290, DE 13 DE AGOSTO DE 2019; Resolução nº 70, de 18 de março de 2009
121	Resolução nº 121 - Dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências.	DJE/CNJ nº 187/2010, de 11/10/2010, p. 4-6.	ALTERADA Resolução nº 137, de 13 de julho de 2011 Resolução nº 143, de 30 de novembro de 2011
117	Resolução nº 117 - Suspende, até a implantação do processo eletrônico, a vigência do art. 2º A da Resolução nº 66, de 06 de abril de 2010, que instituiu o Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias.	DJE/CNJ n° 150/2010, de 18/8/2010, p. 5.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
116	Resolução nº 116 - Revoga o § 2º do art. 2º e altera a redação do art. 4º da Resolução nº 113, de 20 de abril de 2010, que estabelece o processamento dos incidentes de execução em autos apenso ao processo de execução penal, tornando-o facultativo.	DJE/CNJ nº 150/2010, de 18/8/2010, p. 4-5.	VIGENTE
113	Resolução nº 113 - Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.	DJE/CNJ nº 73/2010, de 26/4/2010, p. 03- 07.	ALTERADA Resolução nº 116/2010 Resolução nº 180/2013 Resolução Nº 237/2016; Resolução nº 251, de 4 de setembro de 2018 (ALTERAÇÃO)
112	Resolução nº 112 - Institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal.	DJE/CNJ nº 62/2010, de 8/4/2010, p. 6-7.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
105	Resolução nº 105 - Dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.	DJE/CNJ nº 62/2010, de 8/4/2010, p. 5-6.	ALTERADA RESOLUÇÃO Nº 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020 ALTERADA Resolução Nº 222 de 13/05/2016
96	Resolução nº 96 - Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providencias.	DOU - Seção 1 - nº 210/2009, de 04/11/2009, p. 94, e no DJE/CNJ nº 187/2009, de 04/11/2009, p. 2-3.	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020; Resolução nº 390/2021 (revoga o artigo 4º da Resolução CNJ no 96/2009); Resolução nº 368, de 20 de janeiro de 2021 Emenda nº 1, de 31 de janeiro de 2013 EMENDA 2, DE 8 DE MARÇO DE 2016
87	Resolução nº 87 - Dá nova redação e renumera artigos da Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 2009, que cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.	DOU - Seção 1 - nº 181/2009, de 22/9/2009, p. 66, e no DJE/CNJ nº 160/2009, de 22/9/2009, p. 3-5.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
84	Resolução nº 84 - Confere nova redação aos artigos 12, § único; 13, § 1º; 15, II; 17 e 18, caput, e revoga os artigos 18, incisos I, II e parágrafo único; 19, parágrafo único; e 21 da Resolução nº 59, de 09 de setembro de 2008, que disciplina e uniformiza as rotinas, visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.	DOU - Seção 1 - nº 130/2009, de 10/7/2009, p. 142- 143, e no DJE/CNJ nº 115/2009, de 10/07/2009, p. 2-3.	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020
77	Resolução nº 77 - Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei.	DOU - Seção 1 - nº 229/2009, de 1/12/2009, p. 166, e no DJE/CNJ nº 98/2009, de 17/6/2009, p. 2-3.	ALTERADA RESOLUÇÃO Nº 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020; Resolução nº 157, de 8 de agosto de 2012 Resolução n° 188, de 28 de fevereiro de 2014
71	Resolução nº 71 - Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição.	DOU - Seção 1 - nº 64/2009, de 3/4/2009, p. 119 e no DJE/CNJ nº 54/2009, de 3/4/2009, p. 2-3.	ALTERADA RESOLUÇÃO Nº 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020; Resolução nº 152, de 6 de julho de 2012 Resolução Nº 403 de 29/06/2021; Resolução nº 353, de 16 de novembro de 2020

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
66	Resolução nº 66 - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.	DOU - Seção 1 - nº 185/2009, em 28/09/2009, pág. 150, e no DJ-e nº 17/2009, em 30/1/2009, pág. 2-3.	ALTERADA Resolução nº 117, de 3 de agosto de 2010 (SUSPENSÃO DO ART. 2º); Resolução nº 87, de 15 de setembro de 2009. Emenda nº 1 à Resolução CNJ n° 66/2009 (Retificada)
62	Resolução nº 62 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária.	DOU - Seção 1 - nº 30/2009, em 12/2/2009, pág. 64 e no DJ-e nº 26/2009, em 12/2/2009, pág. 2-6	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020
61	Resolução nº 61 - Disciplina o procedimento de cadastramento de conta única para efeito de constrição de valores em dinheiro por intermédio do Convênio BACENJUD e dá outras providências.	DJ-e nº 68/2008, em 15/10/2008, pág. 2- 4.	VIGENTE

N°	EMENTA (1)	PUBLICAÇÃO DJU	VIGÊNCIA
59	Resolução nº 59 - Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.	DJE/CNJ nº 48/2008, em 12/09/2008, pág. 20-23. Consolidação publicada no DOU - Seção 1 - nº 211/2009, em 5/11/2009, p. 89-90, e no DJE/CNJ nº 188/2009, em 5/11/2009, p. 2-5	ALTERADA Resolução nº 328, de 8 de julho de 2020 Resolução nº 310, de 20 de março de 2020 Resolução nº 217, de 16 de fevereiro de 2016 Resolução nº 84, de 6 de julho de 2009. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4145 Resolução n. 390, de 6 de maio de 2021
47	Resolução nº 47 - Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal.	DJ nº 245/2007, em 21/12/2007, pág. 19.	ALTERADA RESOLUÇÃO № 326, DE 26 DE JUNHO DE 2020